



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

SERVIÇO SOCIAL E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

MARIA CLARA PEREIRA DE ARAÚJO ¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica da trajetória do ensino superior brasileiro e compreender a prática pedagógica do assistente social docente ao longo dessa trajetória. Organiza-se em dois itens, no primeiro apresentamos brevemente o percurso do ensino superior brasileiro desde sua origem até a atualidade, destacando as implicações do contexto sócio-político na educação, em especial no ensino superior. No segundo item, tratamos da gênese e profissionalização dos assistentes sociais, enfatizando o espaço sócio-ocupacional do assistente social na política de educação, enquanto docente, abordando as suas diferentes práticas pedagógicas adotadas no percurso sócio-histórico da educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Docência; Ensino Superior; Serviço Social.

ABSTRACT: The article aims to perform a critical analysis of the trajectory of Brazilian higher education and to understand the pedagogical practice of the teaching social worker along this trajectory. It is organized in two items, the first of which briefly presents the path of Brazilian higher education from its origin to the present, highlighting the implications of the socio-political context in education, especially in higher education. In the second item, we deal with the genesis and professionalization of social workers, emphasizing the social-occupational space of the social worker in education policy, as a professor, approaching his or her different pedagogical practices adopted in the socio-historical course of higher education.

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

KEYS-WORDS: Teaching; Higher Education; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre a atuação profissional do assistente social enquanto docente no ensino superior brasileiro. Nesse sentido, buscamos analisar criticamente a trajetória do ensino superior brasileiro em busca de compreender a prática pedagógica do assistente social enquanto docente ao longo do percurso histórico da educação superior. Para alcançarmos o objetivo pretendido neste artigo, organizamos o mesmo em dois itens, os quais são interligados pelo diálogo das reflexões, no primeiro item apresentamos brevemente a trajetória do ensino superior brasileiro desde sua origem até a atualidade, destacando as implicações do contexto sócio-político na educação, em especial no ensino superior, e no segundo item destacamos brevemente os fatos históricos que torneiam o surgimento do Serviço Social, perpassando a relação entre Estado, Políticas Sociais e Serviço Social, destacando a importância do movimento de Renovação do Serviço Social.

Ainda no segundo item abordamos o processo de profissionalização dos assistentes sociais constituído em torno das mazelas capitalistas e o ápice da exigência para a institucionalização de uma profissão que busque intervir na contradição capital/trabalho, aqui damos ênfase a um novo espaço sócio-ocupacional do assistente social na política de educação, enquanto docente, abordando as suas diferentes práticas pedagógicas adotadas no percurso sócio-histórico da educação superior.

Guiamo-nos metodologicamente na elaboração deste artigo pela realização de pesquisa bibliográfica, no intuito de realizar uma revisão com base em leituras críticas e reflexivas, além disso, objetivamos com base no conhecimento adquirido levantar hipóteses para responder ao problema que levantamos nessa pesquisa, qual seja: refletir sobre os diferentes aspectos da prática pedagógica presente no processo de formação e profissionalização do assistente social enquanto docente no ensino superior.

Enfim, esperamos com esse estudo contribuir, mesmo que timidamente, para as discussões e análises que potencializem a compreensão da complexidade presente na atuação do assistente social docente de base teórica materialista histórico-dialética para uma intervenção e proposição real, transformadora da sociedade capitalista.

2. OS CONTORNOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO ENSINO SUPERIOR

A priori, o percurso da educação em solo brasileiro, de maneira abrangente, se estende além dos limites desse artigo. Dessa forma, tal percurso não será abordado de forma aprofundada e sim sumariamente apresentado, sendo pertinente citar que “os primeiros ensaios da educação no Brasil se iniciaram com a vinda dos jesuítas às terras brasileiras em 1549” (COSTA; RAUBER, 2009, p.244). Nesse momento o objetivo da educação era adaptar tanto os filhos da classe dominante que aqui vieram povoar, quanto os nativos das terras brasileiras, segundo os moldes europeus de educação, religião e produção para que se tornassem “aptos” ao desenvolvimento da colônia de exploração,

onde cada indivíduo de acordo com sua classe social vai exercer seu respectivo papel social na reprodução dessa sociabilidade.

A educação jesuíta tinha como base o direcionamento religioso da Igreja Católica que até então monopolizava o modelo educacional, apenas posteriormente com a Constituição Política do Império de 1824, o âmbito da educação passa a ser também direcionado pelo Estado, adquirindo com isso maior relevância. Como demonstra a referência ao âmbito educacional no art.179 dessa Constituição no inciso XXXII – A Instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos –, e no inciso XXXIII – Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Letras, e Artes (BRASIL, 1824). Podemos concluir que a educação de nível básico gratuita era até então inexistente, assim como a educação de nível superior para formação intelectual dos brasileiros também possuía suas limitações. Assim, os filhos da classe abastada que desejasse cursar o nível superior em sua maioria tinham que fazê-lo nos países da Europa.

Demonstrando com isso, os traços elitistas da educação superior desde seus primórdios, pois a oferta de condições objetivas que possibilitasse o ingresso na Universidade não se estendia para todos os indivíduos de forma equânime. Corroborando com essa compreensão Durham (2005, p.201) afirma que “as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930²”. A criação dessas instituições e universidades é requisitada devido à necessidade de formação intelectual da elite político-administrativa brasileira para o exercício do poder e profissionalização técnico-operativa dos indivíduos que atuavam em áreas específicas. Destarte, durante o processo de institucionalização do ensino superior brasileiro ocorre a incorporação de alguns aspectos dos modelos europeus, a citar, por exemplo, a predominância nos cursos ofertados da teoria positivista de Augusto Comte.

Outras implicações permeiam o âmbito da educação brasileira no período da década de 1940 no governo de Dutra, também conhecido como de redemocratização, segundo Pereira (2011). Com a promulgação da Constituição Federal de 1946, a União passará a legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse período, no que se refere ao ensino superior ocorreram mudanças nos requisitos para a criação das universidades, impulsionando com isso a expansão do ensino superior. Dessa forma, tanto as instituições de ensino superior quanto as universidades se multiplicaram, ampliando também a diversificação dos cursos, gerando por consequência uma expansão no acesso, a qual pode ser compreendida a partir das implicações econômicas, políticas e sociais desse período.

Ademais, “Na década de 50, durante o governo Kubitschek: [...] a política social só tem serventia como investimento em capital humano, como aconteceu com a inclusão da educação no Plano de Metas” (PEREIRA, 2011, p. 133). A educação apesar de ser colocada em destaque nesse período torna-se instrumento essencial utilizado pelos organismos estrangeiros, que defendem a política desenvolvimentista no sentido de “superar” o padrão de subdesenvolvimento do país. De um lado a utilização da educação na defesa dessa política desenvolvimentista reforçou a dependência do capitalismo nacional em relação ao capital internacional, demonstrando isso ao incentivar a participação de diversos setores no movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, tendo em

²Temos na década de 30 a criação do Ministério da Educação, ainda no primeiro Governo de Vargas. A criação do mesmo tem sua representatividade no âmbito do ensino superior ao implicar, de maneira geral, em mudanças na organização dos níveis de ensino.

vista responder as expressões da questão social, de maneira a controlar e desmobilizar as manifestações da classe trabalhadora que estava em processo de organização, ainda que incipiente. Por outro lado, esse processo instigou a classe trabalhadora e seus aliados a manifestarem a defesa por uma educação nacional baseada em seus interesses de classe, fortalecendo uma proposta alternativa de educação enquanto instrumento de transformação social.

No período que antecedeu o golpe militar e a instauração do regime ditatorial, segundo Pereira (2011, p.134) “No campo da educação, merece referência a criação da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa de Alfabetização de Adultos (baseado no método Paulo Freire) e do Movimento de Educação de Base (MEB)”. Compreende-se nesse período o intento de utilizar a política social de maneira mais progressiva, mas para isso dentro dos limites do capital a educação é estratificada em: uma base que atenderia a maioria da população, voltando-se a educação ou ensino popular para o trabalho manual, e um nível de educação superior que atenderia a minoria da população, com um ensino voltado ao trabalho intelectual. Nesse sentido, ao passo que a pedagogia defendia um ideário renovador, a classe conservadora via-se ameaçada e devido isto se articulou na defesa de uma política anticomunista, com apoio dos organismos internacionais, diga-se americanos.

Posteriormente com a instauração da ditadura militar, o processo acima explicitado foi freado, pois nesse período enfatiza-se uma educação tecnocrata, em geral voltada para o mercado de trabalho, reforçando assim a tendência de justificar o desemprego pela falta de qualificação do indivíduo, por consequência incentivava-se as reformas educacionais cujo projeto defendido pelos organismos internacionais submete a educação à lógica da lucratividade, descaracterizando-a como um bem público, tornando-a um promissor campo de exploração. Destarte o redirecionamento da educação enfatizada em seu aspecto mercadológico, implica na expansão do setor privado no ensino superior, tendo em vista a defesa e fortalecimento do processo de acumulação capitalista que objetiva a contenção dos gastos sociais. Tal expansão do setor privado no ensino superior possibilitou o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) isoladas, as quais não são condicionadas a ofertar o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Além disso, foi característica desse período a forte repressão aos docentes e discentes das universidades públicas, lócus de forte participação estudantil e reflexão crítica.

Mais adiante, no período de abertura do regime militar também caracterizado como de redemocratização, ocorreu a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988, a qual vai representar uma heterogeneidade de projetos das diferentes classes sociais não conseguindo expor uma proposta homogênea para a política de educação. Temos de um lado a Constituição apresentando progressos em diferentes áreas sociais, e no âmbito da educação o art. 207 informa que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, p.64).

Assim, expressa o relevante avanço no ensino superior brasileiro enquanto política pública destinada a atender a demanda da classe trabalhadora. Por outro lado, no setor privado da educação as instituições preparariam a força de trabalho para atender ao mercado, sem obedecer ao tripé: ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a educação é posta como a “solução” das expressões da questão social, no entanto compreendemos que essas expressões são de ordem macroestrutural. Dessa forma, essa perspectiva da educação

como “solução” apenas mistifica a luta de classes e instiga a culpabilização do sujeito, difundindo a idéia de que essas demandas sociais podem ser resolvidas de forma individual e focalizada.

Entretanto na década de 1990 percebemos uma tendência regressiva e de desmonte em relação aos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988, dessa maneira identifica-se esse momento como contrarreformista, pois o Estado com base nos preceitos neoliberais que adentram ao país vê-se impelido de um lado a defender e fortalecer o desmonte dos avanços constitucionais, e por outro lado incentivar a mercantilização das políticas sociais, como educação, saúde e previdência. Corroborando com esse entendimento, segundo Lima (2007) esse processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação, com ênfase no ensino superior, seria orientado por dois eixos: “a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos e a diversificação das fontes de financiamento da educação superior” (LIMA, 2007, p.66). É tanto que a própria Lei Nº 9.394/1996, de acordo com Giolo e Ristoff (2006), indica o enquadramento da educação nas regras do mercado, influenciada pelas tendências neoliberais. Destarte a nova perspectiva de educação para o fim do século XX e início do século XXI, defende a “democratização” da mesma, no entanto compreendemos que essa perspectiva não representa necessariamente o resultado da ampliação do acesso igualitário ao nível de ensino superior, tendo em vista que nossa taxa de escolarização superior ainda é muito baixa.

Portanto, ainda no século XXI a tendência mercadológica da educação prevalece, tanto no sentido de privatização do ensino superior, quanto no estímulo à expansão da educação à distância nos diferentes níveis de ensino, além disso, com base em Dantas (2012), nesse período também é enfatizado o estabelecimento de parcerias público-privadas, com as quais se naturaliza o deslocamento de verbas públicas para instituições privadas e o financiamento privado em instituições públicas, isso tudo sob a aparência de democratizar o acesso à educação. Merece destaque a instituição do Plano Nacional de Educação (PNE), evidenciando no âmbito do ensino superior relevantes medidas, como: ampliação dos recursos para manutenção e expansão do sistema federal de educação superior, por meio de programas, como o de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) no interior; o de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni), e o de universidade para todos (ProUni), reforçando-se assim o estabelecimento das parcerias público-privadas no ensino superior.

Por outro lado, apesar de Dourado (2011) destacar, no início do século XXI, o estímulo à consolidação e ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa na universidade e nos institutos, com uma considerável ampliação do número de pesquisadores qualificados/titulados, e expressivo crescimento no número de bolsas de mestrado e doutorado distribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além da ampliação dos recursos para editais de apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Atualmente temos enfrentado grandes embates no âmbito da educação brasileira no que tange o estímulo à pesquisa e ao investimento para o desenvolvimento da mesma, tendo em vista a ênfase do atual governo extremamente defensor do neoliberalismo, e do desmonte das políticas sociais. Com isso essas questões, implicam diretamente no campo de atuação do assistente social docente, impondo desafios, que requisitam uma reflexão e uma atuação crítica diante do contexto que se apresenta a esses profissionais.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A DOCÊNCIA

A gênese do serviço social esta diretamente ligada ao desenvolver da “questão social” no período do capitalismo monopolista, o qual é marcado pelo elevado desenvolvimento das forças produtivas, e pelo também elevado grau de miserabilidade em que se encontra a classe trabalhadora naquele momento. A qual no século XVIII será duramente reprimida, mas que leva ao século XIX um grau de efervescência social tal que o Estado vê-se impelido a buscar meios de responder mesmo que minimamente estas demandas da classe trabalhadora, ou seja, o Estado se redimensiona e passa a agir de forma extra-econômica, isto é, de maneira a garantir as condições gerais para o desenvolvimento deste sistema. Desta forma, é indispensável esta observação do contexto sócio-histórico para se entender o surgimento do serviço social, com intervenções pontuais e cuja função será a reprodução do sistema econômico, baseado em condutas filantrópicas e assistencialistas, as quais demonstram que o serviço social em sua gênese possuía um perfil pedagógico persuasivo e coercitivo.

Com base em Iamamoto e Carvalho (2014), o que se considera como as protoformas do serviço social tiveram início após o fim da Primeira Guerra Mundial, com base nas instituições e ações que começam a surgir neste contexto, como o movimento de “reação católica” e formação do apostolado social, que a partir de tal movimento busca atender e esmaecer algumas das sequelas causadas pelo desenvolvimento capitalista a partir de uma ação concreta muito limitada e assistencialista, mas vai ser esta a base, na qual se terá as condições materiais, organizacionais e humanas que possibilitaram a ampliação da ação social.

A estreita ligação do serviço social com a Igreja Católica possibilitou a disseminação do serviço social católico por todo o continente, em contrapartida as escolas ligadas ao Estado tiveram algumas limitações no quesito expansão e influência nos continentes. Em 1932 surge no Brasil, sob o comando e incentivo da hierárquica política o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), julgado como manifestação original do serviço social deste país, marcando assim o início da tecnificação do serviço social no Brasil.

O CEAS tinha por objetivo primordial, “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO e Carvalho, 2014, p.179). O mesmo irá marcar a orientação para formação técnica especializada, por consequência surgiram novas demandas e se terá a propagação da profissão, com seus esforços junto à hierarquia política burguesa que resultou, em 1936, na fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira deste tipo a existir no Brasil. No Rio de Janeiro em 1937 são fundadas várias instituições cujos responsáveis, são: o grupo de ação social (GAS), a Escola de Enfermagem Ana Nery e o Juizado de Menores, e mesmo não sendo todos os responsáveis vinculados a Igreja, se manterão as bases morais dos princípios católicos. Corroborando com esse entendimento Abreu (2001) afirma que é instituída a partir da gênese do serviço social uma dimensão pedagógica, a qual além de ser vista na prática profissional é refletida no exercício da docência, quando se fez necessário articular quem iria formar os outros profissionais.

Destarte a demanda por profissionais de serviço social na década de 1940 tendeu a exceder

o número de profissionais formados, devido o surgimento de grandes instituições sociais, que requisitavam a atuação desse profissional. Ao mesmo tempo as atividades desenvolvidas por estes profissionais são bastante limitadas, pois é também limitada à atuação dos órgãos públicos de serviço social, e as instituições particulares não apresentam capacidade de se tornarem bases que possibilitem a política de encaminhamentos, o qual é elemento essencial do serviço social. Dessa forma, a profissionalização do serviço social será marcada por sua atuação em uma estrutura sócio-ocupacional, diga-se estatal, ou seja, de matriz distinta de suas protoformas, com isso a partir de então os profissionais em serviço social passam a desenvolver sua prática profissional com base execução das políticas sociais.

Corroborando com esse entendimento Netto (2011), destaca que a formação técnica especializada em serviço social terá no Estado seu setor mais correspondente, pois este irá regular e incentivar a institucionalização progressiva da profissão sendo esta legitimada na divisão sócio técnica do trabalho. Ao passo que irá ocorrer nesse processo uma mercantilização desses portadores de conhecimento especializado – assistentes sociais – que se transformaram em força de trabalho a ser comprada, ou seja, o portador dessa qualificação se constituirá em componente de força de trabalho. Quando esses profissionais passam a atuar na realidade social mediante uma relação de assalariamento, através das políticas sociais, é que seu fazer profissional passa a ter novo significado na reprodução das relações sociais nessa sociedade de ordem capitalista monopolista.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014) o período entre 1947 a 1961 vai caracterizar o momento de desabrochamento da profissão, dado pelas condições gestoras, como a expansão da economia e da ideologia desenvolvimentista, cuja meta é atingir a prosperidade econômica, com a industrialização, e social, com a valorização do homem e com o fim do pauperismo. Destarte para elucidarmos esse período de desabrochamento da profissão do ponto de vista da dimensão pedagógica do assistente social enquanto docente, tomamos como base o pensamento de Rodrigues (1994) que realiza uma delimitação das gerações de docentes, sobre a primeira geração, composta pelos assistentes sociais que iniciaram o exercício da docência na década de 1950, afirma que esses foram influenciados pelos princípios e valores tradicionais e religiosos que fundamentaram a formação social e ideológica da profissão, sua inclusão no âmbito educacional ocorria por meio de indicação para exercer a docência.

Na sequência, entre as décadas de 1950 e 1960, Rodrigues (1994) delimita a atuação da segunda geração de docentes, a qual foi influenciada pelas experiências de Desenvolvimento de Comunidade, a partir da adoção desse modelo de abordagem tem-se a base para erosão do serviço social tradicional. Consequentemente ocorrem alterações no perfil pedagógico do assistente social, ao passo que ainda persistem elementos de continuidade e descontinuidade na prática profissional. A partir da década de 1960, vai haver uma explícita expansão do meio profissional do assistente social, o qual passará por transformações tanto enquanto agente profissional, quanto no seu corpo teórico ao modernizar-se, suas técnicas e métodos também sofreram mudanças, pois haverá uma expansão de suas funções, passando a ser responsável também por planejar e coordenar suas ações dirigidas à comunidade.

“É neste contexto que se desenvolve a renovação do Serviço Social: ele fornece as balizas histórico-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país” (NETTO, 2015, p. 167). Nesse contexto, a relação entre

teoria e prática ganha maior importância na atuação profissional docente, também nesse período percebe-se uma influência do pensamento de Paulo Freire no âmbito da docência direcionando a concepção de educação a ser assumida pelo serviço social, que começa a delinear o primeiro momento do processo de Renovação, a Perspectiva Modernizadora que tinha como pressuposto a adequação do serviço social às requisições da sociabilidade capitalista em seu regime autocrático. Segundo Rodrigues (1994), ainda nesse contexto, outro aspecto que merece destaque é o nascimento dos programas de pós-graduação, que colaboraram diretamente para a qualificação do exercício da docência.

Posteriormente, em meados da década de 1970 sob a influência do movimento de Renovação associado às alterações conjunturais temos o seu segundo momento, com a Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, que recupera a herança psicossocial do serviço social. Já no início da década de 1980, temos o terceiro momento com a Perspectiva de Intenção de Ruptura, fundamentada na teoria marxista. Essas mudanças derivadas do processo de Renovação conduzem a construção de um novo projeto profissional inspirado pela tradição marxista, reconfigurando dessa maneira o perfil pedagógico do assistente social, segundo uma pedagogia emancipatória, que objetiva a construção de novas formas de sociabilidade, de um novo projeto societário. Nesse contexto, segundo Rodrigues (1994), temos a terceira geração de assistentes sociais que iniciaram a docência nas décadas de 1970 e 1980, os quais tiveram sua inserção na docência a partir do bom desempenho de sua atuação profissional, ou seja, aqui ainda não havia a exigência da titulação para ser docente, tendo em vista que os programas de pós-graduação em serviço social no Brasil ainda estavam se iniciando. Mesmo impactados por esse contexto da ditadura e do processo de Renovação estes docentes tinham como fundamento pedagógico uma concepção crítica de educação, entendida como um dos instrumentos de luta pela transformação da sociedade e das relações de poder e de hegemonia.

Ainda na década de 1980 temos algumas conquistas do serviço social que merecem destaque, como o desvelamento do caráter político da intervenção ética, a negação de valores a-históricos, um Código de Ética que explicita o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos de Ética anteriores. A partir do amadurecimento e do compromisso profissional dos assistentes sociais temos posteriormente na década de 1990 a tentativa de consolidação da Perspectiva de Intenção de Ruptura, direção dada à profissão na década de 1980. Isto se explicita através da construção de um Projeto Ético-político profissional vinculado a um projeto de sociedade radicalmente democrático. Este Projeto Ético-político do serviço social brasileiro apresenta e articula em si mesmo, a auto-imagem da profissão elege os valores que a legitimam, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o seu exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as balizas da sua relação com os usuários, com os outros profissionais e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

Embora o serviço social tenha construído um Projeto Ético-político progressista, assim como adquirido maioria intelectual, isto não significa que a profissão tenha alcançado um patamar de desenvolvimento que se encontre estagnado na história. Corroborando com esse entendimento Netto (2011) afirma que apesar do avanço teórico ainda persiste um hiato entre a intenção de romper e os indicativos prático-profissionais para consumá-la, sendo um das alternativas para romper esse hiato é problematizar o trabalho profissional cotidiano em si. Assim, podemos afirmar que construir uma prática pedagógica docente nessa perspectiva exige desse profissional um permanente processo de reflexão,

articulação e elaboração dos elementos críticos que compõem a profissão, de modo a reafirmá-los no exercício da docência.

Enfim, salientamos a importância das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa como direcionadoras da prática docente, implicando desse modo numa prática representativa do compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão com a sociedade de maneira geral e em especial com a própria categoria, denotando a defesa dos princípios do Código de Ética, vinculados ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração.

2. CONCLUSÃO

Portanto, foi visto durante o desenvolvimento do presente artigo que ao problematizarmos as possibilidades e os desafios presentes no processo de formação e profissionalização do assistente social como docente no ensino superior, identificamos a importância de analisarmos a priori as bases dessa formação em serviço social, sua prática pedagógica, em específico, como docente na educação superior, além de contextualizar a trajetória dessa educação superior em solo brasileiro desde seus primórdios até a contemporaneidade.

Ao refletirmos sobre a prática pedagógica do assistente social docente, chegamos à compreensão com base numa perspectiva crítica analítica, de que essa prática é permeada de possibilidades e desafios, dessa forma pode tanto colaborar para manutenção do projeto societário hegemônico capitalista, quanto pode colaborar para construção de um projeto societário radicalmente diferente da ordem social vigente. Nesse sentido, o direcionamento da prática profissional do assistente social, será balizado pelo projeto profissional que a norteia, o qual conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo, sendo a disputa entre esses projetos societários o que determina a transformação ou a percepção de um dada ordem social.

Por conseguinte, as considerações finais, dentro dos limites do estudo realizado neste artigo, nos permitem desvendar que na relação específica da prática pedagógica do assistente social com a área da educação superior, persistem contradições, embates políticos e lutas de classes, em diferentes momentos políticos e históricos com base em configurações estratégicas expostas através dos planos desenvolvidos em cada governo. Além disso, é necessário avançar e aprofundar os estudos desse objeto em pesquisas, amadurecendo a produção e voltando a atenção para a atuação do assistente social como docente.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Presidência da República, 5 de outubro de 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e

outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro em 22 de abril de 1824.

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 11 nov. 2021.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. **História da educação**: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, v.11, n.21, p. 241-253, jan./jun.2009

DANTAS, M. C. B. **A Prática Pedagógica do Assistente Social Docente**: contradições e possibilidades. Tese. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2012.

DOURADO, L. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. Goiás: Autêntica, 2011.

DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada (1808-2000)**. In: SCHWARTMAN, S.;BROCK,C. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005, p.197-240.

GIOLO, J.; RISTOFF, D. (orgs.). **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**, 8ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6 ed. São Paulo; Cortez, 2011.

RODRIGUES, M. L. **Uma trajetória da docência em Servi Social**: período de 1936/ 1976. Relatório de Pesquisa elaborado pelo Núcleo de Ensino e Questões Metodológicas. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço social. São Paulo: PUC/SP, 1994.